

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
Diretoria de Indicadores e Estatísticas
Coordenação de Acompanhamento Conjuntural

Introdução

Diante das turbulências financeiras nos mercados mundiais no mês de agosto, com os inevitáveis rebatimentos na economia nacional, o governo brasileiro revisou para baixo suas projeções de crescimento do PIB. Os sinais de desaquecimento no termômetro da economia brasileira se fizeram sentir, sobretudo, com a queda da produção industrial, a desaceleração no produto interno bruto no segundo trimestre e o descenso do número de empregos criados. Para mitigar essa conjuntura adversa, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, no último dia de agosto, optou por baixar os juros básicos da economia interna brasileira, Selic, de 12,5% para 12,0% ao ano, convergindo assim com a ponderação da presidenta Dilma, que afirmou, dias antes, ser necessária uma redução dos juros para o crescimento do Brasil. Essa medida de redução dos juros deverá estimular os investimentos privados produtivos, que é uma das maneiras para fortalecer a economia nacional. Entretanto, perderão com isso quem aplica nos títulos do governo federal. É importante destacar, que essa é a primeira redução da Selic desde julho de 2009. O Copom avaliou “que o cenário internacional manifesta viés desinflacionário no horizonte relevante”. Não obstante o cenário pouco expansivo, o país apresentou posição privilegiada frente às principais economias mundiais, à medida que vem obtendo consideráveis superávits comerciais e elevados aportes de investimentos externos, colocando-o assim em posição de destaque no cenário mundial em crise de confiança.

PIB do Brasil cresce 3,1% no segundo trimestre de 2011 e economia baiana avança 2,9%

O PIB nacional cresceu 3,1%, em relação ao segundo trimestre de 2011, e, dentre as atividades econômicas, destacou-se o aumento dos serviços (3,4%), seguidos pela indústria (1,7%). Agropecuária registrou variação nula (0,0%). Em relação ao primeiro trimestre de 2011, o PIB a preços de mercado do segundo trimestre cresceu 0,8%, levando-se em consideração a série com ajuste sazonal. O destaque foi para serviços (crescimento de 0,8% no volume do valor adicionado), seguidos da indústria (0,2%). Agropecuária teve variação negativa (-0,1%). No 1º semestre de 2011 apresentou crescimento de 3,6%, em relação a igual período de 2010. Nesta base de comparação, o volume do valor adicionado dos serviços cresceu 3,7%, seguido pela indústria (2,6%) e pela agropecuária (1,4%).

No segundo trimestre de 2011, a economia baiana registrou expansão de 2,9% na comparação com o mesmo período de 2010, segundo informações da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia da Secretaria do Planejamento. Todos os setores contribuíram positivamente para o crescimento da atividade econômica no estado, com destaque para a agropecuária, que apresentou expansão de 14,4%. Com o resultado, a agropecuária acumula expansão de 12,8% no 1º semestre, em relação ao primeiro semestre de 2010. Na comparação com o primeiro trimestre de 2011, eliminando as influências sazonais, a atividade econômica da Bahia teve expansão de 2,4%. Com o resultado, a Bahia acumula crescimento de 2,8% no semestre, em comparação com o primeiro semestre de 2010.

Crescimento comedido no país, mas acelerado no Nordeste

Descolada do resto do país e sem sentir os efeitos das medidas macroeconômicas adotadas pelo governo federal para combater a inflação, a economia da região Nordeste continua crescendo em passos acelerados. Enquanto os estados nordestinos foram impulsionados por investimentos do governo federal e de empresas privadas, o enfraquecimento da indústria e o aumento das taxas de juros até julho de 2011 fizeram o Sul e o Sudeste reduzir a marcha. De acordo com projeções do Banco Central, a economia brasileira cresceu 1,1%, no primeiro trimestre de 2011 e 0,7%, no segundo trimestre, sempre em relação ao período imediatamente anterior. O Sudeste cresceu 1,4%, no primeiro trimestre, e 0,6%, no segundo. No Nordeste, a economia manteve, no segundo trimestre, o mesmo ritmo de crescimento do começo do ano, acendendo 1,6%.

Desconfiança e cautela dos agentes econômicos

O Índice de Confiança do Consumidor (ICC), segundo a Sondagem de Expectativas do Consumidor da Fundação Getulio Vargas (FGV), recuou 4,6% entre julho e agosto, atingindo 118,7 pontos, patamar próximo ao nível de junho, após alcançar o recorde histórico no mês passado. Ainda com base na pesquisa da FGV, o Índice da Situação Atual (ISA) caiu 2,9%, para 140,4 pontos, mantendo-se acima da média histórica de 115,9 pontos. Já o Índice de Expectativas (IE) diminuiu 4,5%, alcançando 107,3 pontos. A proporção de consumidores que avaliaram a situação atual como boa recuou de 31,7% para 27,6%, enquanto a dos que a julgam ruim aumentou de 19,7% para 20,5%. Já a parcela de consumidores prevendo melhora passou de 31,2% para 23,1%, enquanto a dos que esperam piora subiu de 14,2% para 21,2%.

O Índice de Confiança da Indústria (ICI), calculado pela Fundação Getulio Vargas (FGV), recuou 2,2% entre julho e agosto de 2011, representando a oitava queda seguida, fato que levou o indicador a alcançar o menor nível desde agosto de 2009. Em julho sobre junho, a queda havia sido de 2%. O ICI passou de 105,0 pontos, em julho, para 102,7 pontos no mês corrente. Em agosto de 2009, o ICI era de 100,2 pontos. Seu patamar ficou, ainda, abaixo da média histórica desde 2003 (104,0 pontos). Os dados são da pesquisa Sondagem da Indústria de Transformação. Dentro do estudo, em outro item avaliado, o Índice da Situação Atual (ISA) caiu 3,6%, ao passar para 103,5 pontos, o menor desde setembro de 2009 (103,3). O Índice de Expectativas (IE) recuou 0,7%, para 101,9 pontos, o nível mais baixo desde agosto de 2009 (99,1). Ambos os indicadores ficaram abaixo das médias históricas recentes, sinalizando um desempenho fraco da indústria no terceiro trimestre de 2011.

A produção industrial brasileira avançou 0,5% em julho, na comparação com o mês anterior e com ajuste sazonal, segundo pesquisa divulgada pelo IBGE. A alta mensal ocorreu após queda de 1,2% em junho (dado revisado). Frente a julho de 2010, contudo, a atividade fabril do país registrou variação negativa de 0,3%, após dois meses de resultados positivos neste tipo de comparação. No acumulado dos sete primeiros meses do ano, o índice registrou crescimento de 1,4%, abaixo do patamar observado no final do primeiro semestre, que foi de 1,7%.

Não obstante a crise global, a agência de classificação de risco *Standard & Poor's* elevou, no dia 25 de agosto corrente, a perspectiva da nota soberana ("*rating*") do Brasil em moeda local de estável para positiva. Revisar a perspectiva indica que, no curto prazo, a nota pode ser elevada. Segundo o comunicado da agência, a perspectiva positiva leva em consideração fatores que garantem a estabilidade macroeconômica do país, e que darão continuidade ao fortalecimento da economia nos próximos anos, como a redução gradual das limitações fiscais e do risco a choques externos.

Redução do ritmo de emprego e renda

O Brasil registrou a criação de 140.563 empregos em julho de 2011, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho (MTE) divulgados no dia 16 de agosto. Esse resultado é 22,6% menor do que o verificado no mesmo mês do ano passado, quando foram gerados 181.796 postos de trabalho. O número também é bem inferior ao registrado em junho de 2010, em que foram geradas 215.393 mil vagas. Os principais setores responsáveis pelo desempenho foram o de serviços (45.961), comércio (28.538), construção civil (25.632) e indústria de transformação (23.610). A região Sudeste, novamente, é a principal responsável pela geração de emprego, com 69.201 postos de trabalho. Já a região que criou menos postos de trabalho foi o centro-oeste, com 12.479. Nos sete primeiros meses do ano de 2011, o Brasil gerou 1,593 milhão de postos de trabalho, número 14,0% abaixo do verificado no mesmo período de 2010, quando o Brasil abriu 1,856 milhão de vagas. De acordo com os dados, de janeiro de 2003 a julho de 2011, foram gerados 16,977 milhões de postos de trabalho. A Bahia registrou um saldo de 2.033 no período e nos sete primeiros meses de 2011 foram criados 64.861 postos de trabalho.

A taxa de desocupação de julho de 2011, segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), divulgada pelo IBGE, foi estimada em 6,0% para o conjunto das seis regiões metropolitanas, indicando que a mesma não variou estatisticamente em relação à apurada em junho (6,2%). Frente a julho de 2010, quando a taxa foi estimada em 6,9%, ocorreu queda de 0,9 ponto percentual. Essa é a menor taxa para um mês de julho desde a reformulação da pesquisa em 2002. Regionalmente, a taxa de desocupação não assinalou variação significativa na comparação com junho último. Frente a julho de 2010 foram registradas quedas nas regiões metropolitanas de Recife (3,7 p.p.) e de Salvador (2,5 p.p.).

Segundo dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), a taxa média de desemprego foi de 11% em julho, o mesmo resultado verificado em relação a junho nas sete regiões metropolitanas pesquisadas pelo Dieese/Fundação Seade. A taxa de desocupação permaneceu praticamente estável em todas as regiões: Distrito Federal, Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo. O rendimento médio real dos ocupados manteve-se em queda pelo oitavo mês consecutivo, ao recuar 0,5% na comparação com junho, expressando o valor de R\$ 1.356,00.

Programa Brasil Maior cria incentivos fiscais via aumento de imposto dos cigarros

Diante dos incentivos fiscais concedidos à indústria, o governo federal divulgou, no dia 22 de agosto do corrente, decreto que elevou as alíquotas de Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) para o cigarro, com intuito de compensar parte da renúncia de receita fiscal provocada

pelos incentivos. O impacto final nas contas públicas com as desonerações será de R\$ 24,5 bilhões, em 2011 e 2012, com a nova política industrial. O governo federal instituiu ainda preços mínimos para a comercialização de cigarro no varejo. Essa elevação deverá variar de R\$ 3,00 a R\$ 4,50 e será feita de forma escalonada. As mudanças já começam em 01 de novembro de 2011, com o valor mínimo de R\$ 3,00. A partir de 2015, o preço mínimo subirá para R\$ 4,50.

Juros médios caíram novamente para o consumidor, embora ainda elevados no cheque especial e no consignado

A taxa média de juros ao consumidor caiu pelo segundo mês consecutivo: junho e julho/2011, de acordo com a pesquisa mensal de crédito do Banco Central (BC). Nesses dois meses, a taxa recuou de 46,8% para 45,7% a.a. Entretanto, para as empresas a taxa média de juros voltou a subir, depois da queda registrada em junho, chegando a 31,4% a.a. Os números do BC mostraram também moderação nos financiamentos em julho. O indicador de novos empréstimos caiu 5,1%, sendo 6,9% para empresas e 2,5% para pessoas físicas. O estoque de dívidas cresceu 19,8% nos últimos 12 meses, mostrando desaceleração em relação aos meses anteriores. No mês de julho do corrente, o avanço foi de 1,1%.

Em julho, duas linhas de financiamento apresentaram altas: o cheque especial e o consignado, mesmo com a queda da taxa média de juros ao consumidor. A taxa de juros do cheque especial chegou a 188% a.a, a maior desde abril de 1999, quando atingiu um patamar de 193,7% a.a. No crédito consignado, a alta foi menor, passando de 27,7% para 27,9% a.a. De acordo com o BC, o ritmo de expansão do crédito bancário apresentou moderação em julho, refletindo o efeito acumulado das decisões de política monetária, bem como a desaceleração da atividade econômica e a consequente acomodação das expectativas de empresários e consumidores, com impacto sobre as decisões de investimento e consumo.

Aumento da demanda de crédito pelas empresas

A demanda das empresas por crédito cresceu 3,4% em julho de 2011 na comparação com junho, de acordo com o indicador da Serasa *Experian*, divulgado no dia 18 de agosto do corrente. Já em relação ao mesmo mês do ano passado, houve avanço de 6,6%. No acumulado do ano, na comparação com os primeiros sete meses de 2010, a expansão foi de 2,3%. A procura por crédito por parte das empresas aumentou em decorrência dos preparativos do setor industrial para a produção destinada às vendas de final de ano. Na análise por porte, as micros e pequenas empresas lideraram a expansão da demanda em julho, com crescimento

de 3,6% ante junho. As grandes empresas, por sua vez, registraram elevação de 2,9% nesse mesmo comparativo, enquanto o indicador ficou praticamente estável (0,1%) nas médias. Os economistas da Serasa *Experian* destacaram que as médias empresas estão sendo afetadas mais intensamente pelo cenário internacional adverso e pelo câmbio valorizado, tendo em vista a maior concentração de exportadoras nessa categoria. No acumulado do ano, esse é o único segmento a registrar queda na demanda por crédito (-0,5%).

Balança comercial brasileira registrou saldo positivo

A balança comercial brasileira registrou saldo positivo de US\$ 877 milhões na terceira semana de agosto, acumulando US\$ 2,297 bilhões no mês. Os dados foram divulgados, no dia 22 de agosto, pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. O resultado foi decorrente de exportações no valor de US\$ 5,829 bilhões e importações de US\$ 4,952 bilhões. No mês, o superávit já somou US\$ 2,297 bilhões. O Brasil vendeu ao exterior US\$ 17,043 bilhões.

Elevação do superávit primário em auxílio à política monetária

O ministro da Fazenda Guido Mantega anunciou, no dia 29 de agosto do corrente, elevação da meta do superávit primário do governo central em R\$ 10 bilhões. Segundo o ministro, a intenção é evitar um aumento nas despesas correntes, dando mais espaço para o Banco Central usar os juros como estratégia contra uma deterioração da crise econômica mundial, que poderá afetar a economia brasileira. O primeiro esforço fiscal anunciado pelo “governo Dilma” foi o corte de gastos do orçamento da ordem de R\$ 50 bilhões. Na atualidade, será enviado ao Congresso Nacional um projeto prevendo o aumento da meta nominal para a economia, em que o governo federal realizará antes do pagamento dos juros da dívida, a qual passará a ser de R\$ 91,7 bilhões, significando uma elevação de 0,25% a 0,30% do Produto Interno Bruto (PIB). Para elevar a meta, o Executivo enviará um projeto de lei ao Congresso Nacional propondo a alteração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

O governo central (Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social) registrou superávit primário de R\$ 11,2 bilhões em julho deste ano. O resultado é recorde no mês em toda a série história - iniciada em 1997- e supera em R\$ 600 milhões o valor do mês passado. De janeiro a julho deste ano, o superávit foi de R\$ 66,9 bilhões. O resultado foi superior ao do mesmo período de 2010 em R\$ 41,2 bilhões. Com esse desempenho, o superávit do Governo Central atingiu 80% da meta prevista para todo o ano no Decreto de Programação Orçamentária, que é R\$ 81,76 bilhões.

A entrada de dólares no país superou saída

A entrada de dólares no país superou a saída em US\$ 4 bilhões na primeira quinzena de agosto, apesar da piora na crise internacional que derrubou as Bolsas de Valores aqui e no exterior. Segundo dados do Banco Central (BC), foram US\$ 1,3 bilhão em operações financeiras, que incluíram investimentos e remessas de lucros, e mais US\$ 2,7 bilhões no comércio exterior, com os exportadores aproveitando a alta relativa do dólar para trazer recursos ao país. O destaque foi a entrada de US\$ 1,5 bilhão, no dia 9 de agosto, um dia depois da queda de 8% na Bolsa de Valores brasileira. No mês, o Brasil já registrou uma entrada líquida de US\$ 7,6 bilhões, representando o 4º maior resultado mensal de 2011. No ano presente, já entraram US\$ 63,2 bilhões, 160% a mais do que o valor registrado em todo o ano de 2010. Somente em agosto, o BC comprou US\$ 3,8 bilhões para retirar recursos do mercado. Com isso, as reservas do Brasil estão incrementadas em mais de US\$ 350 bilhões.

Visando controlar o mercado de câmbio, o governo federal atuou sobre o mercado futuro com medidas mais fortes que podem reduzir a especulação com os derivativos. Assim, o Conselho Monetário Nacional (CMN) estabeleceu três medidas: i) cobrar 1% de IOF quando os investidores ampliarem suas apostas na valorização do real, que excederem US\$ 10 milhões, com a intimidação que o IOF poderá chegar até 25%; ii) exigir o registro de todas as operações com derivativos, para ter mais transparência e controle sobre esses negócios e; iii) taxaço em 6% de IOF os financiamentos superiores a 720 dias que forem antecipadamente resgatados.

O perigo da recessão na economia internacional

O banco Morgan Stanley reduziu, no dia 18 de agosto, as previsões de crescimento global em 2011 e 2012. Para o referido banco, os Estados Unidos e a zona do euro estão “perigosamente perto de uma recessão” e critica as autoridades de Washington e da Europa por não agirem de forma mais decisiva para conter a crise de dívida pública. O banco cortou de 4,2% para 3,9% a estimativa para a expansão do PIB global em 2011, e a taxa projetada para 2012 baixou de 4,5% para 3,8%. Ainda de acordo com o Morgan Stanley, os EUA e a zona do euro transitam perigosamente perto de uma recessão -- definida como dois trimestres consecutivos de contração -- nos próximos seis a 12 meses. Entretanto, o setor corporativo ainda parece saudável e a inflação mais baixa aliviará, por certo, a pressão sobre o bolso do consumidor. A tentação é de que os bancos centrais, como o Federal Reserve e o Banco Central Europeu, poderão tentar afrouxar a política monetária. Por outro lado, o crescimento das economias emergentes cairá de 7,8%, em 2010, para 6,4% em 2011, de acordo estimativa da Fels. Isso significa que os emergentes – que agora representam metade do PIB global – poderão gerar 80% da expansão que o Morgan Stanley prevê para 2011 e 2012.

Boletim Focus - expectativas do mercado

De acordo com o boletim Focus, divulgado pelo Banco Central no dia 29 de agosto, a estimativa do IPCA para este ano ficou em torno dos 6,31%. Para 2012, o percentual foi estimado em 5,20%. A projeção para o crescimento do PIB registrou recuo passando de 3,96%, no mês passado, para 3,79% na previsão para 2011. Esta é quarta redução na expectativa do indicador. Já a expectativa para 2012 foi reduzida de 4,0% para 3,90%. A previsão para a taxa Selic também sofreu alteração passando de 12,75% para 12,50%, enquanto em 2012, foi reduzida de 12,50% no mês passado para 12,38%.

Expectativas do Mercado						
Mediana Agregada	2011			2012		
	29 jul.	26 ago.	Comportamento	29 jul.	26 ago.	Comportamento
IPCA (%)	6,31	6,31	=	5,30	5,20	▼
IGP-M (%)	5,63	5,52	▼	5,01	5,01	=
Taxa de Câmbio – do período (R\$/US\$)	1,59	1,60	▲	1,64	1,63	▼
Meta Taxa Selic – fim do período (%a.a.)	12,75	12,50	▼	12,50	12,38	▼
PIB (% do crescimento)	3,96	3,79	▼	4,00	3,90	▼
Produção Industrial (% do crescimento)	3,21	2,96	▼	4,34	4,30	▼
Conta Corrente (US\$ Bilhões)	-59,00	-57,93	▲	-69,30	-68,63	▲
Balança Comercial (US\$ Bilhões)	21,00	22,90	▲	10,03	12,10	▲
Invest. Estrang Direto (US\$ Bilhões)	55,00	55,00	=	50,00	50,00	=

Fonte: Boletim Focus Banco Central 26/08/2011.